

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS ESCOLA POLITÉCNICA E DE ARTES

CURSO DE CIÊNCIAS AERONÁUTICAS

# O TRANSPORTE AÉREO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NO BRASIL.

GOIÂNIA 2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS ESCOLA POLITÉCNICA E DE ARTES

2

CURSO DE CIÊNCIAS AERONÁUTICAS

**WALMIR MATOS OLIVEIRA**

# O TRANSPORTE AÉREO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NO BRASIL.

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado à Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC GO, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Aeronáuticas. Sob orientação do Prof. Dr. Huberto César Machado.

GOIÂNIA 2024

# O TRANSPORTE DE ANIMAIS DE ESTIMÇÃO PELO MODAL AÉREO NO BRASIL.

*THE TRANSPORTATION OF PETS BY AIR IN BRAZIL.*

Walmir Matos Oliveira.

**RESUMO:** O estudo aborda a necessidade de padronização nas regulamentações relacionadas ao transporte de *pets*, considerando a crescente demanda por esse tipo de serviço devido à inserção dos animais de estimação as famílias na sociedade contemporânea. Foi analisada a evolução histórica do transporte aéreo de carga e de animais, passando por importantes convenções internacionais e pela incorporação do conceito de família multiespécie, no qual os animais são considerados membros plenos das famílias. Além disso, o trabalho investigou as regulamentações de órgãos como a ANAC, IATA, EASA e as diretrizes específicas de companhias aéreas brasileiras (LATAM, GOL e AZUL), identificando a falta de padronização como um dos principais desafios para garantir a segurança e o bem-estar dos animais. A pesquisa também discutiu os requisitos sanitários e operacionais, destacando a importância da harmonização entre normas nacionais e internacionais. A implementação de padrões mais claros poderia facilitar o planejamento de viagens e melhorar a experiência dos passageiros. As considerações finais apontam para a necessidade de uma maior cooperação entre órgãos reguladores, especialistas em bem-estar animal e companhias aéreas para o desenvolvimento de práticas padronizadas, assegurando tanto a eficiência operacional quanto o conforto destes durante o transporte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transporte aéreo; Animais de estimação; Regulamentação; Padronização; Bem-estar animal.

**ABSTRACT:** The study addresses the need for standardization in regulations related to pet transportation, considering the growing demand for this type of service due to the transformation of the role of pets in contemporary society. The evolution of air cargo and animal transportation was analyzed, covering important international conventions and the incorporation of the concept of the multi-species family, in which pets are considered full members of families. In addition, the study investigated regulations from organizations such as ANAC, IATA, EASA, and specific guidelines from Brazilian airlines (LATAM, GOL, and Azul), identifying the lack of standardization as one of the main challenges to ensuring the safety and well-being of animals. The research also discussed sanitary and operational requirements, highlighting the importance of harmonization between national and international standards. The implementation of clearer standards could facilitate travel planning and improve the passenger experience. The final considerations point to the need for greater cooperation between regulatory bodies, animal welfare experts, and airlines to develop standardized practices, ensuring both operational efficiency and the comfort of pets during transportation.

**KEYWORDS:** Air transport; Pets; Regulation; Standardization; Animal welfare.

# INTRODUÇÃO

O transporte aéreo de animais de estimação tem ganhado destaque à medida que cresce a importância social dos *pets*, frequentemente considerados parte da família. No Brasil, a demanda por regulamentações específicas para o transporte deste no modal aéreo aumentou significativamente, impulsionada por incidentes que expuseram a falta de padronização e de medidas de segurança adequadas para o bem-estar animal. Com o objetivo de entender e propor melhorias nesse contexto, o presente trabalho explora as atuais regulamentações, limitações e desafios do transporte aéreo de animais domésticos no Brasil, com foco na necessidade de uniformização das normas entre diferentes companhias e órgãos reguladores nacionais e internacionais.

Diante deste cenário, o problema central desta pesquisa demonstra como a ausência de regulamentações padronizadas impacta a segurança e o bem-estar dos animais transportados pelo modal aéreo no Brasil. Para responder a essa questão, o trabalho visa identificar as principais lacunas nas normas atuais e propor diretrizes que garantam práticas mais seguras e eficientes. O objetivo principal é discutir a viabilidade de regulamentações específicas para o transporte do mesmo, a fim de assegurar uma experiência mais confiável para os tutores e uma maior segurança para os *pets*.

A justificativa para este estudo reside no crescimento do mercado *pet* e no aumento do transporte aéreo de animais, refletindo uma demanda por procedimentos que levem em consideração tanto a segurança do voo quanto o bem-estar animal. O referencial teórico abrange conceitos de família multiespécie, bem-estar animal e regulamentações internacionais, como as normas da IATA (*Live Animals Regulations*)*.* Com base em uma análise das regulamentações da ANAC, EASA, FAA e das companhias aéreas brasileiras, são abordadas as diferenças e limitações dos atuais procedimentos.

A metodologia inclui a análise documental das normas vigentes e diretrizes de organismos internacionais, além da comparação das políticas das principais companhias aéreas brasileiras. Este levantamento permite identificar áreas que requerem padronização e ajustar as práticas atuais para atender melhor às necessidades de passageiros e tutores.

Os resultados esperados incluem uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelo setor e a proposição de diretrizes que harmonizem as práticas entre empresas e órgãos reguladores. O trabalho está estruturado em seções que abordam a evolução histórica do transporte de carga viva, as normas e regulamentações vigentes, as exigências específicas das companhias aéreas, e as recentes iniciativas legislativas, como o Plano de Transporte Aéreo de Animais (PATA) e a Lei Joca. Esses elementos contribuem para a construção de uma proposta final que visa a regulamentação eficaz do transporte aéreo de *pets* no Brasil.

# O TRANSPORTE DE CARGA VIVA PELO MODAL AÉREO

Segundo Harris, R (1994), o início do transporte de cargas por aeronaves começou em 1910, quando alguns rolos de seda foram transportados de Daytona para Columbus, Ohio. Durante a Primeira Guerra Mundial, aeronaves foram utilizadas para transportar suprimentos e equipamentos, o que demonstrou a viabilidade do transporte aéreo. Com o fim do conflito, em 1919, surgiram as primeiras demandas para o transporte de carga. A década de 1920 viu a demanda por esse tipo de serviço crescer rapidamente. A Segunda Guerra Mundial impulsionou ainda mais a indústria, com inovações tecnológicas e melhorias na infraestrutura. Após a guerra, o transporte de carga aérea se consolidou como um setor essencial, facilitando o comércio global e permitindo entregas rápidas e eficientes, que se tornaram um pilar fundamental da economia moderna.

O transporte de carga viva pelo modal aéreo é uma prática essencial para a movimentação rápida e segura de animais, plantas e produtos perecíveis. Esse tipo de transporte é amplamente utilizado na indústria de alimentos, como no caso de peixes, frutos do mar, frutas e vegetais, que exigem condições específicas de temperatura e umidade para manter sua qualidade. O transporte aéreo de animais, como gado e aves, é crucial para atender à demanda global por produtos de origem animal. As companhias aéreas e operadoras logísticas desenvolvem protocolos rigorosos para garantir o bem-estar das cargas vivas, incluindo temperatura controlada e segurança durante o voo. Com a crescente globalização e a demanda para o transporte de carga viva por via aérea se tornou um componente vital da cadeia de suprimentos.

A aviação começou a se organizar após algumas reuniões internacionais com as autoridades da aviação civil, segundo Pereira (2014). As principais foram as seguintes: Convenção de Paris (1919), Convenção de Varsóvia (1929) e a Convenção de Chicago (1944). Essas reuniões foram primordiais para a criação de regulamentos, e padrões para a aviação civil no mundo.

É notável um considerável aumento na inclusão dos animais domésticos como membros da família, refletindo o conceito emergente de família multiespécie. De acordo com Osvânia (2018), uma família multiespécie é aquela em que o animal doméstico é tratado como um membro integral, muitas vezes sendo considerado como um filho pelos proprietários, evidenciando uma relação de afeto recíproca. Ademais a necessidade de transportar este animal com a família.

No Brasil um país de dimensões continentais há uma grande utilização do modal aéreo com diferentes finalidades. Como viagens a trabalho, férias, mudanças do local de moradia. Assim originando uma demanda para o transportar estes. Em resposta ao Ministério De Portos e Aeroportos as empresar aéreas transportam no último ano foram transportados cerca de 80 mil animais em aeronaves comerciais, sendo cerca de 90% destes foram transportados na cabine das aeronaves. Demonstrado uma grande demanda para o transporte dos PET pelo modal aéreo.

# REGULAMENTOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE AVIAÇÃO CÍVIL

A criação de regulamentos específicos para o transporte de animais de estimação no modal aéreo surge como uma resposta às transformações sociais e às novas demandas da sociedade contemporânea. A ausência de normas específicas, ou mesmo a falta de uniformidade nas regulamentações existentes entre países, gera incertezas tanto para os tutores quanto para os profissionais envolvidos no transporte. Além disso, a ocorrência de incidentes envolvendo os mesmos durante viagens aéreas expôs a vulnerabilidade de se tratar o transporte de pets com as mesmas diretrizes destinadas ao transporte de cargas comuns. Essas situações ressaltaram a necessidade de adaptar as regulamentações às peculiaridades do bem-estar animal e da segurança do voo.

## Regulamento da Agência Nacional De Aviação Civil (ANAC)

O principal documento que regula o transporte de animais pela Agência Nacional de aviação civil. Condições gerais para o transporte de amimais domésticos, aplicável ao transporte aéreo de passageiros, Número 12.307/SAS, De 25 de Agosto de 2023. O documento trata das disposições gerais para o transporte de animais doméstico e internacional.

A portaria no seu primeiro capítulo, e no seu segundo parágrafo define os dois tipos de animais de estimação a serem transportados. O animal de assistência emocional que é o responsável por ajudar o indivíduo a lidar com os aspectos relacionados as condições de saúde emocional e mental e o animal de estimação (PET), que convive dentro ou em dependências da residência, que mantem uma relação de companhia, interação, dependência ou afeição com um ou mais indivíduos desta residência. Este trabalho da enfoque aos animais de estimação.

Esta portaria dá ao transportador aéreo a possibilidade de ofertar o serviço de transporte do animal na cabine ou despachado como carga, deixando a critério do transportador quanto a disponibilidade do serviço. A portaria em seu quarto artigo enfatiza que o do animal devera ser observado quanto as regulamentações contra ato de interferência ilícita. No segundo capítulo trás as obrigações prévias a execução do transporte do animal. Determinado que o transportador aéreo poderá determinar o preço a ser pago pelo serviço, bem como esclarece que o transportador deverá disponibilizar de forma clara as suas regras e restrições como franquia de peso, quantidade de volumes, espécies admitidas, valores e procedimento de despacho dos mesmos.

No capítulo terceiro o documento trás os cumprimentos a serem seguidos na hora do despacho. A regulamentação deixa claro que cabe ao transportador aéreo restringir ou negar o transporte de animais pelas seguintes premissas, capacidade da aeronave, incompatibilidade com o espaço disponível na cabine, capacidade da tripulação em situações de emergência e caso ofereça risco a segurança do voo. Caso em negativa do embarque a portaria atribui ao transportador a responsabilidade de prestar a devida assistência ao animal e ao seu proprietário. O oitavo e nono artigo da portaria, trás uma parte importante. Dando a responsabilidade ao proprietário do animal, a comprovação do cumprimento dos requisitos sanitários e de saúde do animal. Ademias o proprietário deve seguir integralmente as obrigações contratuais acordadas e seguir as orientações das equipes do transportador aéreo.

Para viagens internacionais é necessário a obtenção do Certificado Veterinário Internacional (CVI) este documento é emitido pela VIGIAGRO (Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil). Deve-se inserir um microchip no animal, conforme as normas ISO 11784 e ISO 11785. O procedimento deve ser documentado com um comprovante carimbado e assinado por um Médico Veterinário, incluindo a data da aplicação do mesmo. Após a microchipagem, deve-se vacinar o animal contra a raiva. A data da vacinação não pode ser anterior à data da microchipagem, garantindo que o animal esteja imunizado de acordo com o número de identificação. Passados 30 dias da vacinação antirrábica, é realizada a coleta de amostras de sangue do animal para testes sorológicos. A análise deve ser feita em laboratórios aprovados pela VIGIAGRO (Vigilância Agropecuária Internacional). Após três meses da coleta para sorologia, é possível solicitar o CVI (Certificado Veterinário Internacional), que é o documento que permite o transporte do animal para o exterior. Para isso, é necessário agendar uma consulta em uma unidade do VIGIAGRO (Vigilância Agropecuária Internacional) e garantir que todas as exigências sanitárias do país de destino sejam atendidas. Observa-se que as regulamentações da ANAC, não trazem preocupações com o bem-estar animal, bem como a falta da presença de um profissional qualificado para analisar as condições sanitárias e de saúde do animal, antes durante e após o transporte do animal pelo modal aéreo.

## Regulamento da Administração Federal De Aviação (FAA)

Em consulta ao site oficial da Administração Federal de Aviação (FAA) permite que cada companhia aérea decida se permitirá a viagem com o animal de estimação na cabine de passageiros. Dando a companhia aérea a possibilidade de permitir que leve o animal de estimação na cabine. A agência define as dimensões exigidas para o contâiner do animal. O mesmo como bagagem de mão deve seguir todas as regras de bagagem de mão (14 CFR parte 121, seção 121.589). Este deve ser pequeno o suficiente para caber em baixo do assento sem bloquear o caminho de qualquer pessoa para o corredor principal do avião, deve ser arrumado corretamente antes que a última porta de entrada de passageiros do avião seja fechada para que o avião saia do portão. O mesmo deve permanecer devidamente arrumado durante todo o tempo em que o avião estiver se movendo na superfície do aeroporto e para decolagem e pouso. Deve-se seguir as instruções do comissário de bordo sobre a arrumação adequada.

Ademais a FAA instrui aos proprietários dos animais a consultarem os requisitos do Departamento de Agricultura (USDA), que informa os critérios de saúde do animal. De acordo com o estado de partida e destino, há diferentes requisitos para o transporte, e para saída do animal do território nacional ou chegada no território nacional.

## 2.3 Regulamento da Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA)

A EASA (*European Union Aviation Safety Agency*) é a principal autoridade reguladora para a aviação civil na União Europeia. Embora a agência tenha como foco a segurança da aviação, suas regulamentações também abrangem o transporte de animais vivos, com diretrizes que visam harmonizar as regras entre os países europeus, garantir o bem-estar animal e assegurar operações seguras nas companhias aéreas. A EASA não emite regulamentos diretos e específicos apenas para o transporte do mesmo, mas adota diretrizes que integram legislações nacionais e normas internacionais, como as da IATA e as exigências da Convenção Europeia para a proteção dos animais durante o transporte.

A EASA segue uma abordagem que une normas de segurança operacional com legislações específicas voltadas para o bem-estar animal. A principal referência é o Regulamento (CE) nº 1/2005, da União Europeia, que estabelece normas de proteção de animais vivos durante o transporte, incluindo o modal aéreo. Este regulamento é aplicado conjuntamente com as regras de segurança de voo definidas pela EASA e pelas autoridades veterinárias nacionais.

É produtivo elencar alguns pontos importantes do Regulamento (CE) nº 1/2005. O transporte de animais vivos deve assegurar a minimização de sofrimento, estresse e riscos à saúde do animal. Exigindo o controle das condições de temperatura, ventilação e alimentação durante todo o trajeto. Os responsáveis pelo transporte devem ser treinados e qualificados para o manuseio adequado.

A EASA permite que cada companhia aérea defina suas próprias regras operacionais para o transporte de animais na cabine ou no porão, desde que estas estejam em conformidade com a legislação europeia e os padrões de segurança internacional. Companhias aéreas podem optar por permitir animais pequenos (como cães e gatos) na cabine, respeitando limites de peso e dimensões para o contâiner. O contâiner deve caber sob o assento e não pode obstruir corredores ou saídas de emergência.

O transporte de animais no porão é regulamentado para garantir que ele seja pressurizado e mantido em condições adequadas de temperatura e umidade. A tripulação é treinada para monitorar as condições no porão e agir em emergência A EASA define que tanto as companhias aéreas quanto os tutores dos têm responsabilidades específicas. As transportadoras devem fornecer informações claras aos passageiros sobre as condições de transporte, requisitos sanitários e procedimentos de embarque e desembarque. Devem manter protocolos de segurança rigorosos, incluindo a possibilidade de recusar o transporte se colocar em risco a segurança do voo. É obrigatório o uso de sistemas de rastreamento, permitindo que os tutores acompanhem a localização e o status do animal durante a viagem. Os proprietários precisam garantir que o animal esteja saudável e apto para viajar, com todas as vacinas em dia e documentação exigida. O tutor é responsável por apresentar o certificado veterinário, que atesta a saúde do animal e seu cumprimento das exigências sanitárias internacionais.

Normas complementares para o transporte internacional para viagens entre países da União Europeia, é exigido o Pet Passport, que documenta a saúde do animal, suas vacinas e tratamentos antiparasitários. Em voos internacionais, as companhias aéreas precisam seguir as diretrizes tanto da EASA quanto de outras autoridades nacionais e internacionais, como a IATA (International Air Transport Association) e o USDA (Departamento de Agricultura dos EUA).

A EASA exige que as companhias aéreas e seus funcionários sigam programas de treinamento contínuo sobre o manuseio de animais vivos, incluindo procedimentos para emergências durante o voo. Além disso, os transportadores devem ser capacitados para cumprir as condições estabelecidas pela IATA através do LAR (*Live Animals Regulations)* e pela regulamentação europeia.

As regulamentações da EASA garantem que o transporte aéreo de animais ocorra de forma segura, padronizada e humanizada, promovendo o bem-estar dos e a segurança operacional dos voos. Além disso, a harmonização das regras entre os países europeus facilita o transporte internacional e promove confiança tanto para tutores quanto para as companhias aérea

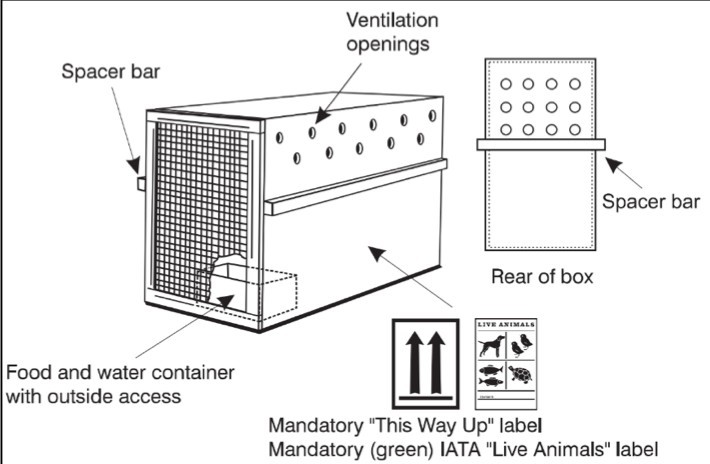
## 3.4 Regulamento da Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA)

A IATA (*International Air Transport Association*) é uma organização internacional que representa e regulamenta as principais companhias aéreas em todo o mundo. Uma de suas principais contribuições para o setor aéreo é a padronização de procedimentos operacionais, garantindo segurança e eficiência em diversas áreas, incluindo o transporte de animais vivos por via aérea. Essas diretrizes são compiladas principalmente no *Live Animals Regulations* (LAR), um manual atualizado anualmente, que serve como referência essencial para o transporte seguro e humanizado.

A IATA estabelece normas para garantir o bem-estar dos mesmos durante todas as etapas da viagem, desde o embarque até o desembarque. Entre os pontos mais importantes estão, os animais devem ser transportados em contêineres apropriados, garantindo que possam se mover, ficar de pé e se deitar confortavelmente. As companhias aéreas devem manter a integridade física dos, evitando exposição prolongada ao calor, frio ou estresse. A IATA define regras específicas para animais domésticos (*pets*), animais selvagens e animais de carga comercial.

Os contêineres utilizados devem seguir as especificações estabelecidas pela IATA, considerando o tamanho e a espécie transportada. Estes precisam ser ventilados adequadamente e estar equipados com recipientes para água e alimentos, especialmente em viagens de longa duração. Cães e gatos precisam ser transportados em caixas plásticas ou metálicas com ventilação mínima de 16% da área total da caixa. Algumas espécies não podem ser transportadas devido ao risco para a segurança do voo ou restrições legais. As companhias têm a liberdade de limitar o transporte de animais na cabine (*PET* na cabine) e exigir transporte no porão, de acordo com o peso e tamanho.

**Figura 1 -Especificações do contâiner.**



**Fonte:** Documento *live animal regulations.*

**Figura 2 -Especificações do contâiner.**

Diagrama

Descrição gerada automaticamente

**Fonte:** Documento *live animal regulations.*

A IATA exige que os tutores dos animais sigam os protocolos sanitários locais e internacionais. Em relação a vacinação devem estar com as vacinas em dia, principalmente a antirrábica. Certificado Veterinário um documento emitido por um veterinário credenciado, comprovando que o animal está apto para viajar. Requisitos de Importação e Exportação a depender do destino, podem ser exigidos certificados de saúde adicionais e períodos de quarentena. A IATA sugere que os passageiros consultem as autoridades sanitárias do país de destino para evitar imprevistos.

Com relação ao treinamento de equipes e procedimentos operacionais a agência se posiciona da seguinte maneira. O treinamento de funcionários companhias aéreas e empresas de carga devem treinar funcionários para o manuseio adequado dos animais e cumprimento das diretrizes do LAR. Durante toda a operação, é responsabilidade da transportadora assegurar que os procedimentos de segurança e bem-estar sejam seguidos rigorosamente. A IATA incentiva o uso de sistemas de rastreamento para monitorar o status dos animais durante o trajeto, minimizando riscos de perdas ou acidentes.

Diferenças entre transporte na cabine e no porão. *Pet* na cabine é permitido o transporte de pequenos animais (como cães e gatos) na cabine, mas cabe às companhias aéreas definir restrições quanto ao peso e tamanho. Os contêineres devem caber sob o assento. Transporte no porão animais maiores ou aqueles que não atendem aos requisitos de transporte na cabine são levados no porão. O porão deve ser pressurizado e manter temperaturas adequadas para o conforto.

As regulamentações da IATA são fundamentais para garantir que o transporte aéreo de animais ocorra de maneira segura, eficiente e padronizada, minimizando o estresse e os riscos operacionais. Além disso, suas diretrizes permitem uma harmonização global, facilitando a integração entre as diferentes legislações nacionais e promovendo confiança tanto para passageiros quanto para companhias aéreas.

# EXIGÊNCIAS DAS COMPANHIAS AÉREAS

As empresas aéreas se adaptam com os regulamentos e criam seus próprios procedimentos, a seguir será descrito os procedimentos das três maiores, que segunda a Agência nacional de aviação civil, com a pesquisa painel de indicadores do transporte aéreo no ano de 2023 as empresas LATAM, GOL e AZUL, são responsáveis por atender cerca 99% do mercado de passageiros.

# LATAM

A LATAM *Airlines*, uma das maiores companhias aéreas da América Latina, possui regulamentações específicas para o transporte de animais de estimação em suas aeronaves. Essas normas visam garantir a segurança do voo, o bem-estar e a tranquilidade dos passageiros. A LATAM oferece duas opções principais para o transporte de *pets*: na cabine de passageiros e no porão de carga, sendo esta última especialmente indicada para animais maiores ou em casos de voos longos.

Transporte na cabine de passageiros (*PET* na Cabine) permitido apenas para cães e gatos em voos domésticos e internacionais. A partir de 4 meses de vida. De até 7 kg (somando o peso do animal e do contêiner). O contêiner precisa ser apropriado e deve caber sob o assento à frente do passageiro. Deve ser ventilado e oferecer espaço suficiente para o *pet* se movimentar e deitar confortavelmente, preferencialmente flexível. O animal deve permanecer no contêiner durante todo o voo. É necessário apresentar certificados veterinários e de vacinação válidos no momento do embarque. Animais agressivos ou em condições de saúde inadequadas não podem ser transportados.

O Transporte no Porão de Carga (*PET* Safe) é indicado para animais maiores ou que ultrapassem o peso permitido para transporte na cabine. O porão é pressurizado e controlado em termos de temperatura e umidade, garantindo a segurança e o conforto. A LATAM aceita apenas cães e gatos no porão em rotas selecionadas, dependendo da legislação do país de destino. Especificações do contêiner, deve seguir as normas da IATA LAR.

A LATAM exige que o passageiro apresente a documentação necessária no ato do *check-in*. Carteira de vacinação atualizada, com destaque para a vacina contra raiva (realizada pelo menos 21 dias antes do embarque apenas na primeira dose e com validade vigente). Certificado veterinário emitido por um profissional credenciado, atestando que o animal está em condições de saúde adequadas para viajar no máximo dez dias antes a viagem.

O Certificado Veterinário Internacional (CVI) é obrigatório para voos internacionais. Restrições de Raças a LATAM não permite o transporte de algumas raças de cães e gatos braquicefálicos (como Pugs e Bulldogs) devido aos riscos respiratórios que esses animais podem enfrentar em viagens aéreas. O limite de animais por voo é definido um número máximo de *pets* por voo, tanto na cabine quanto no porão, para garantir segurança e conforto. Restrições climáticas em algumas rotas, o transporte de animais no porão pode ser proibido durante épocas de clima extremo (muito quente ou frio).

## Requisitos da GOL

A GOL Linhas Aéreas, oferece serviços específicos para o transporte de animais de estimação, buscando garantir o conforto e a segurança dos *pets* e dos passageiros. A GOL permite o transporte de cães e gatos tanto na cabine quanto no porão, seguindo regulamentações internas e orientações da ANAC e da IATA. Atualmente encontra-se suspenso os serviços de transporte no porão por conta de acidentes anteriores na empresa.

Transporte na cabine de passageiros (PET na Cabine) permitido apenas para cães e gatos em voos domésticos e internacionais. A partir de 6 meses de idade. De até 10 kg (somando o peso do animal e do contêiner). O contêiner deve caber sob o assento à frente do passageiro, e o animal deve permanecer dentro dele durante todo o voo.

Transporte no Porão de Carga (GOLLOG *Pets*) animais maiores ou que ultrapassem o peso permitido para a cabine são transportados no porão pressurizado. O serviço de GOLLOG *Pets* é voltado para voos domésticos, com monitoramento constante das condições de transporte. Especificações do contêiner deve atender aos padrões da IATA, garantindo espaço adequado para que o animal possa se movimentar, girar e se deitar confortavelmente. O contêiner precisa ser rígido e bem ventilado, e o fundo deve ser forrado com material absorvente.

A documentação e os requisitos sanitários é exigido a apresentação de documentação específica para o embarque do *pet*, carteira de vacinação atualizada, especialmente com a vacina antirrábica, aplicada com pelo menos 21 dias de antecedência e dentro do prazo de validade. Atestado de saúde veterinário, emitido até 10 dias antes do embarque, atestando que o animal está apto a viajar. Para voos internacionais, é necessário o certificado veterinário Internacional (CVI), emitido pela VIGIAGRO.

## 4.1 Requisitos da AZUL

A Azul Linhas Aéreas, conhecida por sua ampla malha de voos no Brasil, também oferece serviços específicos para o transporte de animais de estimação. As regras e procedimentos buscam garantir a segurança do voo e o bem-estar dos *pets*. A AZUL permite o transporte de cães e gatos exclusivamente na cabine de passageiros, seguindo orientações da ANAC e diretrizes internacionais da IATA. No entanto, não realiza transporte de *pets* no porão em aeronaves comerciais.

A Azul permite apenas o transporte de cão e gatos de pequenos na cabine, desde que dentro de contêineres específicos e de acordo com o peso máximo permitido. De até 7 kg (somando o peso do *pet* e do contêiner). Apenas é permitido o transporte de cães e gatos. É permitido no máximo 5 animais por voo, sujeitos à disponibilidade de espaço. O contêiner deve ser ventilado e permitir que o *pet* se deite e se mova de forma confortável, deve ser colocado sob o assento à frente do passageiro, e o animal deve permanecer dentro dele durante toda a viagem.

Assim como as demais companhias aéreas, a empresa exige que o tutor apresente a documentação necessária no momento do embarque bem como a carteira de vacinação atualizada. Atestado de saúde veterinário, emitido até 10 dias antes do voo, atestando que o animal está em boas condições de saúde e apto para viajar. Certificado veterinário Internacional (CVI) é obrigatório para voos internacionais, emitido pela VIGIAGRO.

A empresa restringe animais braquicefálicos é recomendado precaução para o transporte desses, devido aos riscos respiratórios. Restrição de idade a mesma não permite o embarque de animais com menos de 4 meses e ainda agressivos ou com problemas de saúde não serão aceitos para transporte.

## 4.4 Comparação das companhias aéreas

A tabela compara as exigências para o transporte aéreo de animais de estimação entre três das maiores companhias aéreas brasileiras: LATAM, GOL e AZUL. As companhias apresentam variações nas opções de transporte. A LATAM permite o transporte tanto na cabine quanto no porão, enquanto a GOL e a AZUL limitam-se ao transporte apenas na cabine. O peso máximo permitido do conjunto animal e contêiner varia entre as companhias. LATAM e AZUL limitam o peso a 7 kg, enquanto a GOL permite até 10 kg na cabine. As dimensões máximas permitidas para os contêineres rígidos diferem entre as companhias, atendendo às normas de segurança. A LATAM permite contêineres de 36 x 33 x 19 cm, GOL permite até 24 x 32 x 43 cm, e azul permite contêineres com dimensões máximas de 43 x 31,5 x 20 c Todas as companhias exigem a carteira de vacinação atualizada, incluindo a vacina antirrábica, um atestado de saúde veterinário e o Certificado Veterinário Internacional (CVI) para voos internacionais. O número de *pets* permitido por voo é determinado por questões de segurança e conforto dos passageiros. LATAM e GOL ajustam o número máximo conforme a disponibilidade, enquanto a Azul estabelece um limite fixo de cinco animais por voo na cabine. As companhias também divergem na idade mínima permitida para o embarque dos. A LATAM e AZUL aceitam a partir dos 4 meses, enquanto a GOL exige uma idade mínima de 6 meses para o transporte. Esta comparação ilustra a diversidade nas políticas de transporte de *pets* adotadas pelas companhias aéreas brasileiras, o que reflete uma necessidade de padronização para melhor atender tutores e garantir o bem-estar.

**Quadro 1 – Quadro comparativo de exigências das companhias aéreas.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Critério | LATAM | GOL | AZUL |
| Modalidades de Transporte. | Cabine e Porão. | Cabine. | Cabine. |
| Peso Máximo (Cabine, Animal+contâiner). | Até 7 kg. | Até 10 kg. | Até 7 kg. |
| Dimensões Máximas do Contâiner (Rígido) | 36 x 33 x 19 cm | 24 x 32 x 43 cm | 43 x 31,5 x 20 cm |
| Documentação Exigida | Carteira de  vacinação atualizada (incluindo antirrábica); atestado veterinário (máx. 10 dias antes);  CVI para voos internacionais | Carteira de vacinação atualizada; atestado veterinário (máx. 10 dias antes); CVI para voos internacionais | Carteira de  vacinação atualizada;  Atestado veterinário  (máx. 10 dias antes); CVI para voos internacionais |
| Limite de Animais por Voo | Número máximo de *pets* por voo (cabine e  porão) varia conforme disponibilidade. | Número máximo de *pets* por voo na cabine, limitado para segurança e conforto. | Máximo de 5 animais por voo  (cabine). |
| Idade Mínima do Animal | 4 meses. | 6 meses. | 4 meses. |

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada.

# NOVAS LEGILAÇÕES BRASILEIRAS

Nos últimos anos, o aumento significativo da demanda pelo transporte aéreo de animais de estimação no Brasil trouxe à tona a necessidade de regulamentações mais robustas e padronizadas. Em resposta, o governo federal lançou recentemente um Plano de Transporte Aéreo de Animais, que visa aprimorar as práticas e garantir a segurança e o bem-estar dos *pets* durante o trajeto aéreo. Esse plano acompanha a tramitação da Lei Joca, projeto de lei que busca estabelecer diretrizes específicas para o transporte dos mesmos domésticos em aeronaves, inspirado por incidentes trágicos envolvendo os mesmos em voos comerciais.

## O Plano de Transporte Aéreo de Animais

O Plano de Transporte Aéreo de Animais (PATA), lançado no dia 30 de outubro de 2024 pelo governo federal, representa um avanço significativo nas regulamentações para o transporte de animais domésticos em aeronaves no Brasil. Este plano estabelece um Código de conduta voluntário que visa orientar as empresas aéreas no cumprimento de práticas seguras e alinhadas com as regulamentações internacionais da IATA, e o LAR (Live Animal Regulations). O objetivo principal é assegurar que cães e gatos sejam transportados de forma segura e digna, protegendo o bem-estar animal e promovendo uma experiência confiável para os tutores.

Uma das principais premissas do plano é garantir que o transporte de animais ocorra em condições adequadas de segurança e conforto, respeitando as especificidades de cada espécie. O código exige que as empresas aéreas assegurem que os tutores estejam orientados sobre o uso de contâiners apropriados, de acordo com as dimensões e características do animal, e que estas condições sigam as especificações do Live Animal Regulations (LAR) da IATA. Esta medida visa minimizar o estresse e o risco de lesões, garantindo que os mesmos sejam transportados com integridade e conforto.

O PATA determina que as empresas aéreas mantenham uma equipe treinada para lidar com o transporte de animais, incluindo manuseio seguro e resposta a emergências. Além disso, cada companhia aérea signatária deve adotar um plano de contingência com diretrizes claras para atendimento veterinário em caso de necessidade, seja presencialmente nos aeroportos ou virtualmente. Este plano inclui um cadastro de serviços veterinários para garantir suporte rápido e efetivo, refletindo a importância de um atendimento especializado durante todas as fases do transporte. O monitoramento constante dos animais transportados e a divulgação regular de relatórios são componentes cruciais do mesmo. O código exige que as empresas aéreas divulguem relatórios trimestrais que incluam o número de animais transportados, ocorrências adversas e medidas preventivas implementadas para evitar futuros incidentes. A transparência proporcionada por esses relatórios reforça a responsabilidade das empresas e promove a confiança dos tutores no serviço de transporte aéreo de animais.

Para garantir uma experiência informada e segura, o PATA exige que as companhias aéreas mantenham canais de atendimento acessíveis para orientar os tutores sobre os cuidados necessários antes, durante e após o transporte. Esses canais são responsáveis por esclarecer dúvidas, fornecer orientações e oferecer suporte ao passageiro durante todo o processo. Essa comunicação clara e proativa é essencial para evitar falhas de compreensão e assegurar o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos.

O plano inclui medidas de auditoria e supervisão periódicas para garantir que as empresas aéreas signatárias cumpram as diretrizes do código de conduta. A adesão ao plano e o monitoramento das práticas permitem que as autoridades acompanhem a aplicação das normas e identifiquem áreas para melhorias contínuas. As auditorias fortalecem o compromisso das empresas com a segurança e o bem-estar animal, assegurando que os procedimentos sejam revisados e aprimorados regularmente.

O Plano de Transporte Aéreo de Animais representa uma resposta governamental aos crescentes desafios e demandas do transporte de animais domésticos em voos comerciais. Com diretrizes que promovem a segurança, o bem-estar e a transparência, o PATA estabelece um marco regulatório voluntário, incentivando a responsabilidade das empresas aéreas e aumentando a confiança dos tutores que desejam viajar com seus *pets*. A implementação dessas práticas oferece uma base sólida para a regulamentação e proteção, assegurando um transporte mais ético e eficiente.

## A Tramitação da Lei Joca e Suas Implicações

Paralelamente ao lançamento do plano governamental, o Projeto de Lei Joca tramita atualmente no Senado Federal, após ser aprovado pela Câmara dos Deputados em maio de 2024. Nomeado em homenagem a um golden retriever que faleceu durante um transporte aéreo inadequado, o projeto propõe uma série de medidas para proteger os animais em viagens de avião.

A obrigatoriedade do Transporte na Cabine, a Lei Joca propõe que animais de pequeno porte, como cães e gatos, sejam transportados na cabine junto aos tutores, eliminando o uso de compartimentos de carga para este grupo específico de animais. Essa medida busca reduzir riscos à saúde dos *pets*, que podem ser expostos a temperaturas extremas ou condições adversas no porão. Ademais, o rastreamento Obrigatório, o projeto estabelece a obrigatoriedade de um sistema de rastreamento para os animais durante todo o voo, garantindo que os tutores possam monitorar a localização e o status de seus *pet.*

Ademais presença de Profissionais Veterinários em Aeroportos a Lei Joca determina a presença de veterinários nos aeroportos com maior movimento de passageiros, que realizariam avaliações de saúde e acompanhariam os animais durante o processo de embarque e desembarque, contribuindo para minimizar o estresse e evitar acidentes. O direito de Recusa de Transporte pelas Companhias Aéreas, a legislação proposta assegura às companhias aéreas o direito de recusar o transporte de animais caso haja risco à segurança ou à saúde do *pet*. Essa cláusula visa equilibrar a proteção dos animais com a segurança operacional dos voos, dando às empresas a possibilidade de avaliar as condições do transporte de forma responsável.

A criação do Plano de Transporte Aéreo de Animais, em conjunto com a tramitação da Lei Joca, representa um avanço significativo no reconhecimento dos direitos dos animais no contexto do transporte aéreo. Essas iniciativas buscam garantir que as companhias aéreas implementem práticas mais seguras e padronizadas, protegendo o bem-estar dos *pets* e assegurando que os tutores possam viajar com maior confiança.

Se aprovada, a Lei Joca poderá servir como um marco regulatório, incentivando outros países a adotar diretrizes semelhantes. Em nível nacional, essas normas representam um passo fundamental para a padronização das práticas de transporte aéreo de animais e para a promoção de uma cultura de responsabilidade no cuidado com os *pets*. A implementação do plano e da lei pode, portanto, contribuir para uma maior confiança no transporte aéreo de animais, consolidando o compromisso do Brasil com o bem-estar animal e a segurança nas viagens.

# DESAFIOS PARA A PADRONIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE *PET*

O presente trabalho aborda o transporte de animais de estimação pelo modal aéreo no Brasil sob diversas perspectivas — histórica, regulatória, operacional e social. Cada uma das seções anteriores contribuiu para entender como esse tema envolve tanto o bem-estar animal, quanto a padronização das regulamentações, além dos desafios operacionais enfrentados pelas companhias aéreas e os impactos sociais decorrentes da inclusão dos pets como membros das famílias contemporâneas. Esta discussão temática visa articular essas dimensões, destacando as tensões e convergências que emergem da interação entre esses diferentes aspectos.

Como apresentado na revisão histórica, o transporte aéreo de carga evoluiu significativamente desde a Primeira Guerra Mundial, passando a incluir animais vivos, em resposta à demanda global por rapidez e eficiência (Harris, 1994). No contexto atual, essa evolução passou a atender não apenas a movimentação de mercadorias, mas também as necessidades afetivas das famílias multiespécies (Teixeira, 2018). Assim, o transporte aéreo de pets se consolidou como um serviço essencial para acompanhar o crescimento do mercado pet e a transformação das dinâmicas familiares, evidenciando a relação entre aspectos históricos, sociais e econômicos. Essa evolução, no entanto, trouxe à tona uma nova gama de desafios regulatórios e operacionais, que demandam soluções específicas e padronizadas para evitar a fragmentação de serviços e garantir o bem-estar.

A análise dos regulamentos atuais, como as diretrizes da ANAC, IATA, EASA, FAA e as normas das companhias aéreas (LATAM, GOL e Azul), mostrou a importância de assegurar padrões de segurança e conforto durante o transporte. No entanto, a falta de padronização completa entre essas companhias tem gerado inconsistências que dificultam o planejamento dos tutores e aumentam a possibilidade de frustrações e falhas operacionais (Filgueira, 2022).

Enquanto a LATAM oferece tanto o transporte na cabine quanto no porão, a Azul limita essa possibilidade apenas à cabine, e a GOL, por questões operacionais, suspendeu o transporte no porão. Essas diferenças não apenas expõem os passageiros a regras variáveis, mas também impactam o bem-estar dos *pets*, que muitas vezes são submetidos a situações estressantes devido à adaptação a novos regulamentos (Tapia, 2023). Essa lacuna evidência a necessidade urgente de padronização nos serviços e práticas adotadas pelas companhias aéreas, garantindo maior previsibilidade e eficiência para os passageiros. A harmonização também evitaria situações em que tutores se veem obrigados a alterar planos de viagem em função de requisitos distintos entre companhias.

O bem-estar animal é um dos pilares fundamentais que permeiam as regulamentações e as expectativas dos passageiros. As diretrizes internacionais da IATA através do LAR (*live animals regulations*) enfatizam que animais devem viajar em condições adequadas, com controle de temperatura, ventilação e espaço suficiente no contêiner. No entanto, o cumprimento dessas diretrizes depende da capacitação das equipes e da infraestrutura oferecida pelas companhias aéreas, o que nem sempre é garantido de forma uniforme concordando com Dutra *et al*.(2021).

A falta de profissionais especializados no acompanhamento durante o transporte é uma lacuna que compromete tanto a segurança quanto a saúde dos *pets*, especialmente em emergências. Tapia (2023) sugere que a presença de veterinários ou profissionais treinado poderia minimizar riscos e assegurar que o transporte ocorra de forma humanizada, respeitando o bem-estar dos animais em todas as etapas da viagem.

Além das questões operacionais, o transporte de *pets* envolve requisitos sanitários rigorosos, como vacinas obrigatórias e a obtenção do Certificado Veterinário Internacional (CVI). Sampaio (2022) destaca que, embora esses requisitos sejam necessários para evitar a propagação de doenças, a falta de clareza nas informações fornecidas pelas companhias aéreas gera dificuldades e atrasos no planejamento das viagens. Essa situação ilustra a interdependência entre regulação e comunicação, reforçando a importância de sistemas informativos eficientes para garantir que os passageiros estejam plenamente cientes das exigências legais e operacionais.

Apesar dos desafios apresentados, o transporte de pets também oferece oportunidades de mercado para as companhias aéreas. Gameiro *et al.* (2020) apontam que serviços diferenciados para animais podem gerar novas receitas e fortalecer a relação das empresas com seus clientes, especialmente em um mercado pet que continua em expansão. A adoção de práticas sustentáveis e padronizadas também pode contribuir para a melhoria da imagem das companhias aéreas, promovendo responsabilidade social e ambiental.

A harmonização das regulamentações e a adoção de serviços eficientes e transparentes podem transformar o transporte aéreo de animais em um diferencial competitivo para as empresas, ao mesmo tempo em que atendem às expectativas dos tutores e garantem a segurança dos *pets*. A inter-relação entre as diversas dimensões analisadas ao longo deste trabalho histórica, regulatória, social e operacional revela a complexidade do transporte aéreo de animais no Brasil. A falta de padronização entre companhias aéreas e a necessidade de maior clareza nas regulamentações são barreiras significativas que precisam ser superadas para assegurar uma experiência segura e eficiente para tutores.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida neste trabalho teve como tema o transporte aéreo de animais de estimação no Brasil, com foco na necessidade de regulamentações padronizadas que garantam tanto o bem-estar dos pets quanto a segurança do voo. O problema central apresentado a falta de padronização nas normas e suas consequências para a segurança e conforto dos mesmos transportados, a análise permitiu identificar as lacunas nas regulamentações vigentes e confirmar a importância de diretrizes claras para o setor.

Ao longo do estudo, foi possível verificar que diante da crescente demanda pelo transporte de animais, motivada por transformações sociais, como o conceito de família multiespécie destacado por Teixeira (2018), onde os pets são reconhecidos como membros plenos das famílias. A metodologia adotada baseada em análise documental das regulamentações da ANAC, IATA e EASA, além das políticas das principais companhias aéreas brasileiras, essa abordagem permitiu compreender as divergências entre as companhias e fundamentar propostas de melhoria no transporte aéreo de pets.

Os resultados alcançados reforçam a necessidade de uma regulamentação mais harmonizada e padronizada, como exemplificado pelas diretrizes internacionais da IATA que visam garantir condições seguras e confortáveis para os mesmos transportados. Iniciativas recentes, como o Plano de Transporte Aéreo de Animais (PATA) e o projeto da Lei Joca, que tramita no Congresso Nacional, representam avanços importantes e alinham-se com as conclusões da pesquisa, propondo normas específicas para o transporte de pets na cabine e exigências adicionais para segurança e rastreamento.

A pesquisa finaliza-se com a constatação de que a padronização das normas de transporte aéreo de *pets* é essencial para promover uma experiência segura e confiável tanto para tutores quanto para as companhias aéreas. Ao fortalecer o compromisso com o bem-estar animal e a segurança, as companhias aéreas podem atender melhor à demanda crescente e oferecer um serviço que reflita o papel dos animais na sociedade atual.

# REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC). **Portaria nº 12307**, de 2023.

Disponível em: https://[www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-](http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-) 1/portarias/2023/portaria-12307. Acesso em: 29 out. 2024.

AZUL LINHAS AÉREAS. **Pet na cabine**. Disponível em: https://[www.voeazul.com.br/br/pt/sua-viagem/pet-na-](http://www.voeazul.com.br/br/pt/sua-viagem/pet-na-) cabine?topic=Veja+regras%3A&content=1%40Voos+nacionais. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. **Governo Federal, plano de transporte aéreo de animais**. Disponível

em: https://[www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/governo-federal-lanca-plano-](http://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/governo-federal-lanca-plano-) de-transporte-aereo-de-animais. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 1474, de 2024**. Congresso Nacional. Disponível

em: https://[www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-1474-2024.](http://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-1474-2024) Acesso em: 29 out. 2024.

DUTRA, D. R.; SOUZA, J. S. de; VILLEGAS-CAYLLAHUA, E. A.; MELLO, J. L. M. de;

## BORBA, H. Tutor preference and perception for the type of pet animal transportation on commercial flights. 2021-01-03.

EUR-LEX. **Regulamento (CE) nº 1/2005 do Conselho de 22 de dezembro de 2004**

**relativo à proteção dos animais durante o transporte e operações afins**. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32005R0001. Acesso em: 29 out. 2024.

FEDERAL AVIATION ADMINISTRATION (FAA). **Flying with pets in the cabin**. Disponível em: https://[www.faa.gov/travelers/fly\_pets/cabin\_pets.](http://www.faa.gov/travelers/fly_pets/cabin_pets) Acesso em: 29 out. 2024.

FILGUEIRA, H. R. **Considerações sobre as regras para o transporte de animais domésticos a bordo de aeronaves.** Revista Brasileira de Aviação Civil & amp; Ciências Aeronáuticas, *[S. l.]*, v. 2, n. 1, p. 1–6, 2022. Disponível em: https://rbac.cia.emnuvens.com.br/revista/article/view/86. Acesso em: 5 jun. 2024. GAMEIRO, Augusto Hauber - Fmvz; carrer, Celso Da Costa - Fzea ; bernardo, Mauro Santo - FMVZ. **Modelo de negócios aplicado na criação de um sistema de transporte de pets.** 2020.

GOL LINHAS AÉREAS. **Viajando com animais de estimação**. Disponível em: https://[www.voegol.com.br/servicos-gol/viajando-com-animais-de-estimacao.](http://www.voegol.com.br/servicos-gol/viajando-com-animais-de-estimacao) Acesso em: 29 out. 2024.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. **Viajar para outro país com seu cão ou gato (CVI)**. Disponível em: https://[www.gov.br/pt-br/temas/viajar-para-outro-pais-com-seu-cao-ou-gato-](http://www.gov.br/pt-br/temas/viajar-para-outro-pais-com-seu-cao-ou-gato-) cvi. Acesso em: 29 out. 2024.

HARRIS, R. **The air cargo industry: a historical perspective**. Journal of Transport History, v. 15, n. 2, p. 113-125, 1994. Disponível em: https://airportscouncil.org/wp- content/uploads/2020/03/CHAPTER-1-AIR-FREIGHT-–-HISTORICAL-PERSPECTIVE- INDUSTRY-BACKGROUND-AND-KEY-TRENDS.pdf. Acesso em 18 Set. 2024.

*INTERNATIONAL AIR TRANSPORT ASSOCIATION* (IATA). ***Live Animals***

***Regulations***. Disponível em: https://[www.iata.org/en/publications/manuals/live-animals-](http://www.iata.org/en/publications/manuals/live-animals-) regulations/. Acesso em: 29 out. 2024.

LATAM AIRLINES. **Transporte de animais de estimação**. Disponível em: https://[www.latamairlines.com/us/pt/experiencia/prepare-sua-viagem/transporte-de-animais-](http://www.latamairlines.com/us/pt/experiencia/prepare-sua-viagem/transporte-de-animais-) de-estimacao. Acesso em: 29 out. 2024.

OSVÂNIA PINTO LIMA TEIXEIRA, L. R. B. X. FAMÍLIA MULTIESPÉCIE: O RECONHECIMENTO DE UMA NOVA ENTIDADE FAMILIAR. **Revista Homem,**

**Espaço e Tempo**, 2018. Disponível em: //rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/249. Acesso em: 5 nov. 2024.

PEREIRA, A.P.C. **Asas da centralidade em céus conhecidos**: A dinâmica do setor de Transporte aéreo no território brasileiro. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06052015- 145214/publico/2014\_AnaPaulaCamiloPereira\_VCorr.pdf145214/publico/2014\_AnaPaulaC amiloPereira\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06052015-%20145214/publico/2014_AnaPaulaCamiloPereira_VCorr.pdf145214/publico/2014_AnaPaulaC%20amiloPereira_VCorr.pdf)

SAMPAIO, Portella, Adriel Ruhan. **Transporte interestadual de animais domésticos de companhia no modal aéreo em âmbito nacional sob o prisma da família multiespécie.** 2022-06-09**.**

TAPIA, Aisha Leandra Cornelio. **Transporte aéreo interestadual de animais domésticos: análise do bem-estar animal na perspectiva da família multiespécie.** 15-Fev-2023.

TEIXEIRA, Osvânia Pinto Lima, L. R. B. X. **Família Multiespécie: O Reconhecimento De Uma Nova Entidade Familiar**. Revista Homem, Espaço e Tempo, [S. l.], v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: //rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/249. Acesso em: 5 jun. 2024.

**BIODADOS**

**Walmir Matos Oliviera**

Natural de Belém-PA, graduando em Ciências Aeronáuticas pela PUC-GO, piloto privado de avião.

[Email:walmirmatos29@live.com](mailto:walmirmatos29@live.com)